

DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDARÉ MIRIM/MA
TERCEIROS

Volume: 4 - Número: 3691 de 22 de Novembro de 2024
DATA: 22/11/2024

APRESENTAÇÃO

É um veículo oficial de divulgação do Poder Executivo Municipal, cujo objetivo é atender ao princípio da Publicidade que tem como finalidade mostrar que o Poder Público deve agir com a maior transparência possível, para que a população tenha o conhecimento de todas as suas atuações e decisões.

ACERVO

Todas as edições do Diário Oficial encontram-se disponíveis na forma eletrônica no domínio <https://pindaremirim.ma.gov.br/diariooficial.php>, podendo ser consultadas e baixadas de forma gratuita por qualquer interessado, independente de cadastro prévio.

PERIODICIDADE

Todas as edições são geradas diariamente, com exceção aos sábados, domingos e feriados.

CONTATOS

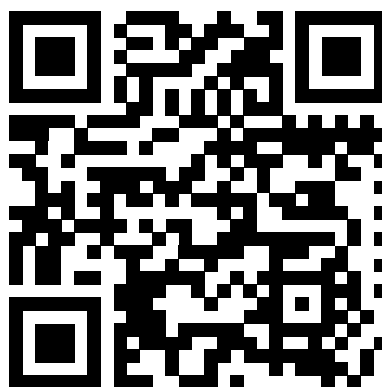
Tel: 9832102601
E-mail: ppindaremirim@gmail.com

ENDEREÇO COMPLETO

AV. ELIAS HAICKEL, Nº 11 CENTRO, CEP: 65370-000

RESPONSÁVEL

Prefeitura Municipal de Pindaré Mirim



CPF: ***616513**
Data: 22/11/2024
IP com nº: 10.0.0.188
www.pindaremirim.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1037

SUMÁRIO

LICITAÇÃO

- ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 23/2024 - REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PINDARÉ -MIRIM - MA



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 23/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2024
LEI 14.133/2021**PROCESSO DE ORIGEM**Pregão Eletrônico Nº 14/2024
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 39/2024**OBJETO**

Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de iluminação pública no município de Pindaré -Mirim - MA

VALOR TOTAL REGISTRADO

R\$ 4.814.805,65 (quatro milhões, oitocentos e quatorze mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos)

VIGÊNCIASINICIAL: 22 de novembro de 2024
FINAL: 22 de novembro de 2025**ÓRGÃO GERENCIADOR**

Secretaria Municipal de Administração

**ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)****DADOS DO BENEFICIÁRIO**MMN EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ Nº 38.338.902/0001 -05
RUA PRIMEIRO DE OUTUBRO, 20, BAIRRO NOVO, VITÓRIA DO MEARIM, MARANHÃO
mmempreendimentos2022@gmail.com, (98) 98411 -9314,
MARCELINO MACIEL NETO, CPF nº 915.821.303 -10, RG Nº 697374963 SSP -MA**PREÂMBULO**

Aos 22 de Novembro de 2024, a Prefeitura Municipal de Pindaré Mirim – MA, através da Unidade Gerenciadora Secretaria Municipal de Administração, inscrita no CNPJ nº 06.189.344/0001 -77, neste ato representado pelo Secretário de Administração, Senhor. Edson de Sousa Pereira, RG: 845930974 SSP/MA, CPF: 407.098.683 -91, nomeada pela Portaria nº 31, de 22 de março de 2023, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), ADJUDICADO a empresa MMN EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ nº 38.338.902/0001-05, sediada na Rua Primeiro de Outubro, 20, Bairro Novo, Vitória do Mearim, Maranhão, neste ato representado por seu representante legal Srº Marcelino Maciel Neto, CPF nº 915.821.303 -10, RG Nº 697374963 SSP-MA, referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº 14/2024, que tem como objeto Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de



iluminação pública no município de Pindaré-Mirim - MA, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando -se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de iluminação pública no município de Pindaré -Mirim - MA, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº 14/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

2.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2 – Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1 – O instrumento contratual de que trata o item anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3 – Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4 – Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1 – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.4.2 – Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1 – Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.4.2.2 – Mantiverem sua proposta original.

2.4.3 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5 – O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.7.2 – Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9 – Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10 – A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.11 – Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:

2.12.1 – Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.



3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1 – Por razão de interesse público;



- 6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar -se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram -se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Pindaré -Mirim - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

BENEFICIÁRIO DA ATA: MMN EMPREENDIMENTOS EIRELI						
CNPJ: Nº 38.338.902/0001-05			FONE: (98) 98411-9314			
ENDEREÇO: RUA PRIMEIRO DE OUTUBRO, 20, BAIRRO NOVO, VITÓRIA DO MEARIM - MA						
E-MAIL: mmempreendimentos2022@gmail.com						
REPRESENTANTE LEGAL: MARCELINO MACIEL NETO						
CPF Nº: 915.821.303-10			RG Nº: 697374963 SSP-MA			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário sem BDI	Preço unitário com BDI	Preço total
SERVIÇOS DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA						
1	Alca preformada p/cabo alum 16mm	Und	300	4,08	4,88	1.464,00
2	Armação secundária 1 estribo c/isolador	Und	300	36,94	44,17	13.251,00
3	Base para rele fotoeletrico	Und	2000	20,10	24,04	48.080,00
4	Bobina para chave comando de IP	Und	400	261,08	312,20	124.880,00



5	Bocal E27	Und	500	6,00	7,17	3.585,00
6	Bocal E40	Und	1000	6,10	7,29	7.290,00
7	Braço para luminaria LB 600	Und	200	95,00	113,60	22.720,00
8	Braco para luminaria X21	Und	300	62,00	74,14	22.242,00
9	Cabo aluminio multiplexado IF+INX 16mm	Mt	3000	48,38	57,85	173.550,00
10	Cabo flexivel 1,5mm 450/750V	Mt	1000	2,90	3,47	3.470,00
11	Cabo flexivel 2,5mm 450/750V	Mt	3000	4,00	4,78	14.340,00
12	Cabo PP 2x1,5mm2	Mt	1000	4,00	4,78	4.780,00
13	Cabo PP 2x2,5mm2	Mt	1000	5,50	6,58	6.580,00
14	Caixa de medicao monofasica	Und	50	100,00	119,58	5.979,00
15	Caixa de medicao trifasica	Und	50	225,00	269,06	13.453,00
16	Cartucho fusivel	Und	100	19,23	22,99	2.299,00
17	Chave p/ comando IP	Und	20	312,39	373,56	7.471,20
18	Conector AMP tipo III	Und	1000	41,77	49,95	49.950,00
19	Contador 40A	Und	50	125,00	149,48	7.474,00
20	Disjuntor 10 a 30A monofasico	Und	200	9,00	10,76	2.152,00
21	Elo fusivel de 1H	Und	200	1,98	2,37	474,00
22	Elo fusivel de 3H	Und	100	1,98	2,37	237,00
23	Escada extensivel em aluminio com 6,00m estendida	Und	1	962,04	1.150,41	1.150,41
24	Fita isolante 19mmx20mm	Und	30	10,00	11,96	358,80
25	Lampada vapor metalico de 150w base E27/40W	Und	200	47,73	57,08	11.416,00
26	Lampada vapor mercurio 250WX220E40	Und	200	16,68	19,95	3.990,00
27	Lampada vapor metalico de 250W/220V	Und	200	73,75	88,19	17.638,00
28	Lampada vapor metalico de 400w/220V	Und	200	91,27	109,14	21.828,00
29	Lampada compacta de 45w	Und	500	20,00	23,92	11.960,00
30	Luminarias p/iluminacao publica	Und	800	249,39	298,22	238.576,00
31	Luminaria aberta p/iluminacao publica	Und	2000	74,99	89,67	179.340,00
32	Reator p/lampada VM 150wx220	Und	200	80,00	95,66	19.132,00
33	Reator p/lampada VM 250Wx220	Und	200	100,00	119,58	23.916,00
34	Reator p/ lampada VM 400Wx220	Und	200	130,00	155,45	31.090,00
35	Reator p/ lampada vapor mercurio 250Wx220	Und	200	78,69	94,10	18.820,00
36	Rele fotoeletrico NA	Und	200	29,14	34,85	6.970,00
37	Rele fotoeletrico NF	Und	2000	29,14	34,85	69.700,00
38	Parafuso maq 5/8x300mm	Und	220	20,00	23,92	5.262,40
39	Poste de concreto duplo T (DT) 9/300	PC	30	650,00	777,27	23.318,10
40	Poste de concreto duplo T (DT) 11/300	PC	20	1.450,00	1.733,91	34.678,20
41	Transformador 225KVA trifasico 13.8 - 220/127	Und	30	49.376,87	59.044,86	1.771.345,80
42	Transformador 150KVA trifasico 13.8-220/127	Und	30	32.434,49	38.785,16	1.163.554,80



43	Transformador 30 a 75KVA trifasico 13.8-220/127	Und	30	14.267,72	17.061,34	511.840,20
R\$ 4.701.605,91						
SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA						
44	Caminhonete 4X4 - 180CV	CHP	200	89,67	117,62	23.524,00
45	Caminhao Munck	CHP	145	260,78	342,06	49.598,70
46	Pickup cabine simples motor 1.4 (88 CV)	H	120	68,61	89,99	10.798,80
R\$ 83.921,50						
SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PÚBLICA						
47	Auxiliar de serviços gerais com encargos complementares	H	176	18,21	23,88	4.202,88
48	Eletricista com encargos complementares	H	176	26,64	34,95	6.151,20
49	Auxiliar de eletricista com encargos complementares	H	352	22,02	28,89	10.169,28
50	Encarregado geral com encargos complementares	H	176	29,26	38,38	6.754,88
R\$ 27.278,24						
TOTAL GERAL COM BDI						R\$
						4.812.805,65
R\$ 4.812.805,65 (Quatro Milhões, Oitocentos e Doze Mil, Oitocentos e Cinco Reais e Sessenta e Cinco Centavos)						

Pindaré-Mirim - MA, 22 de novembro de 2024

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA

PELA BENEFICIÁRIA

EDSON DE SOUSA PEREIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
 031/2023

MMN EMPREENDIMENTOS EIRELI
MARCELINO MACIEL NETO
 CPF Nº 915.821.303-10

